

DADOS DO TSE: Mulheres na política, número de filiadas é expressivo, mas não se traduz em candidatas



Apesar de as mulheres constituírem a maioria tanto na população (51,1%) como no eleitorado (52,62%), os filiados aos partidos políticos são predominantemente do gênero masculino, de acordo com informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), divulgados na última sexta-feira (19/07). Dos filiados, 8.493.990 são homens, representando 53,8% do total, enquanto 7.284.431 são mulheres (46,2%).

Apesar de a diferença entre os filiados por gênero não ser tão significativa, a representatividade efetiva das mulheres na política é bastante desigual. Nas Eleições Gerais de 2022, por exemplo, 9.891 mulheres se candidataram, porém somente 311 delas foram eleitas, correspondendo a apenas 18,2% do total de eleitos.

Segundo Mayra Goulart, professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), os dados refletem uma sub-representação estrutural da política que não tem sido resolvida com os programas de ação afirmativa, como as cotas, nem com as recentes medidas de garantia de financiamento para candidaturas femininas.

O caráter estrutural revela que a sub-representação não é de hoje. De acordo com dados do Observatório Nacional da Mulher na Política, elaborado pela Câmara dos Deputados, por exemplo, a proporção de mulheres eleitas para cargos proporcionais nos legislativos estadual, distrital e nacional nunca ultrapassou os 18,52%, a maior já registrada. O índice foi o de candidaturas femininas eleitas para o Senado em 2014.

"Mesmo com as medidas que determinam a necessidade de financiar candidaturas femininas, os dirigentes partidários não investem nessas candidaturas. Como na maioria das vezes os dirigentes dos partidos são homens, e a gente sabe que homens costumam escolher homens para demandas de confiança, isso faz com que as candidaturas das mulheres sejam mais frágeis do que as dos homens no sentido de receber menos financiamento", explica a cientista política.

"Mesmo as mulheres tendem a optar por homens para ocupar cargos de poder, porque a ideia de confiança e de assertividade estão muito associados na nossa cultura à figura masculina. Isso explica por que, muitas vezes, mulheres mesmo escolhem homens e não outras mulheres na hora de votar", afirma Goulart.

A cientista defende que o machismo estrutural influencia, inclusive, significativamente a relutância de muitas mulheres em seguir carreira política ou participar ativamente na esfera política, uma vez que percebem esse ambiente como predominantemente masculino, o que desestimula o envolvimento.

Outro fator que contribui para essa situação é o acúmulo de responsabilidades de cuidado que

recai sobre as mulheres. Além de suas atividades profissionais, frequentemente a função da maioria das tarefas relacionadas ao cuidado da família e do lar é das mulheres, o que resulta em um tempo livre mais escasso em comparação com os homens. *"Essa disparidade na divisão das obrigações domésticas e de cuidado cria desafios adicionais para a participação política das mulheres, dificultando sua disponibilidade e dedicação a atividades políticas."*

Goulart ainda chama atenção para a possibilidade de "candidaturas laranjas", que são usadas para desviar dinheiro do fundo eleitoral. *"Isso me chama atenção porque no caso das candidaturas femininas, a gente tem muitas candidatas laranjas ou candidatas fantasmas que só entram para preencher a cota mínima de 30% mulheres ou para desviar recursos. Uma vez que precisa ter um mínimo de recurso proporcional transferido para candidaturas femininas, muitas vezes se escolhe mulheres dispostas a repassar esses recursos para candidaturas masculinas."*

Outras informações

De acordo com os dados do TSE, sete em cada dez pessoas são filiadas há mais de dez anos, o que equivale a 70,84% dos inscritos. Em seguida, aparecem 14,24% (2.247.949 pessoas) com filiação de cinco a dez anos, 13,87% (2.189.981 pessoas) com filiação de um a cinco anos, e, por fim, 1,05% (165.225 pessoas) com menos de um ano de inscrição partidária.

Quanto à escolaridade dos filiados, os dados revelam que a maioria - 80,92% do total - não chegou ao ensino superior: 26,68% (4.221.755) têm o ensino fundamental incompleto; 7,98% (1.262.751) têm o ensino fundamental completo, 9,2% (1.455.505) têm ensino médio incompleto, 24,85% (3.932.454) têm ensino médio completo.

Há também uma parcela significativa de filiados com baixa escolaridade: 9,77% dos filiados (1.546.091) somente sabem ler e escrever, e 2,44% (385.853) se declararam analfabetas, sendo esta a menor parcela do quesito. Ainda 0,04% (6.129) não informaram o grau de instrução.

Pouco menos um quinto dos filiados acessaram o ensino superior: 4,69% (742.037) têm ensino superior incompleto e 14,37% (2.273.559) têm ensino superior completo.

Quando ao recorte por estados, São Paulo se destaca com o maior número de filiados que possuem ensino superior completo, totalizando 507.770 pessoas. Em seguida, Minas Gerais conta com 201.338 filiados nessa categoria, seguido pelo Paraná, com 170.476 filiados. Minas Gerais e Bahia são os estados com as maiores quantidades de filiados analfabetos, com 42.515, 35.861 e 31.323 inscritos nessa condição, respectivamente.

As estatísticas de filiação do TSE não apresentam recortes por cor e raça. Este recorte aparece somente nos dados das candidaturas. Nesse setor, 48,19% dos candidatos da última eleição são brancos, 36,15% são pardos, 14,12% são pretos e apenas 0,64% são indígenas.

Foto: Divulgação